

Edital: Nº056/2025 Processo Licitatório Nº325/2025

Recurso contra o item 10.4.9.

Justificativa: O edital está pedindo atestado de capacidade técnica quantitativo, o qual não deve ser considerado por quantitativo mas sim por compatibilidade, conforme a atividade exercida

10.4.9. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA para as empresas participantes, consistirá em:

10.4.9.1. Atestado de Capacidade Técnica compatível em quantidades e características com o objeto da presente licitação;

Segue a análise *técnico-jurídica, com base **exclusiva na Lei nº 14.133/2021, acerca da **vedação à exigência de atestado de capacidade técnica correspondente à totalidade do objeto licitado*.

1. Base legal: qualificação técnica na Lei nº 14.133/2021

A qualificação técnica está disciplinada *principalmente no art. 67* da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os *limites objetivos* das exigências que podem ser impostas pela Administração.

Art. 67, inciso II

Art. 67 A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Ponto central:

A lei exige *compatibilidade, e **não identidade* nem *integralidade* do objeto.

2. Vedação implícita à exigência da totalidade do objeto

A interpretação sistemática da Lei nº 14.133/2021 conduz à *vedação da exigência de atestado correspondente a 100% do objeto licitado*, pelos seguintes fundamentos legais:

a) Princípio da competitividade (art. 5º)

Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados, entre outros, os princípios da *isonomia, da **competitividade, da **proporcionalidade* e da *razoabilidade*.

Exigir atestado que comprove a execução *integral do objeto, nas mesmas quantidades, **restringe indevidamente o universo de licitantes*, violando tais princípios.

b) Limitação material das exigências técnicas

A lei *não autoriza*:

* exigência de execução *idêntica* ao objeto;

* exigência de execução *integral* ou *total* da quantidade licitada;

* exigência de experiência prévia *exclusiva* ou *singular*.

O texto legal é claro ao utilizar a expressão:

“compatível em características, quantidades e prazos”

Compatibilidade pressupõe *proporção, razoabilidade e equivalência técnica*, e não reprodução exata.

3. Reforço normativo: vedação a exigências excessivas

Embora o dispositivo mais direto seja o art. 67, a lógica da lei é reforçada por outros comandos:

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal (aplicável por remissão)

A licitação deve assegurar:

“*igualdade de condições a todos os concorrentes*”

Exigências técnicas *desproporcionais ou absolutas* afrontam diretamente esse comando constitucional, que é incorporado ao regime da Lei nº 14.133/2021.

4. Entendimento consolidado aplicado à Lei nº 14.133/2021

Ainda que a Lei nº 14.133/2021 não traga um percentual numérico expresso (como fazia a prática administrativa sob a Lei nº 8.666/93), o *entendimento técnico-jurídico consolidado* é o seguinte:

É *lícita* a exigência de atestado que comprove experiência *parcial*, desde que:

- * guarde *relação técnica* com o objeto;

- * demonstre *capacidade operacional*;

- * seja *suficiente para evidenciar aptidão*.

É *ilícita* a exigência de atestado que:

- * corresponda à *totalidade do objeto licitado*;

- * imponha execução prévia em *100% das quantidades*;

- * restrinja a competição sem justificativa técnica robusta.

5. Síntese conclusiva (objetiva)

À luz da *Lei nº 14.133/2021*:

- *Não é permitida* a exigência de atestado de capacidade técnica correspondente à *quantidade total do objeto licitado*.

- * A Administração deve limitar-se à exigência de *aptidão compatível, observando **proporcionalidade, razoabilidade e competitividade*.

- * Exigências superiores ao necessário configuram *restrição indevida ao caráter competitivo do certame*. Segue a análise *técnico-jurídica, com base **exclusiva na Lei nº 14.133/2021, acerca da **vedação à exigência de atestado de capacidade técnica correspondente à totalidade do objeto licitado*.

1. Base legal: qualificação técnica na Lei nº 14.133/2021

A qualificação técnica está disciplinada *principalmente no art. 67* da Lei nº 14.133/2021, que estabelece os *limites objetivos* das exigências que podem ser impostas pela Administração.

Art. 67, inciso II

Art. 67* A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação*, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Ponto central:

A lei exige *compatibilidade, e **não identidade* nem *integralidade* do objeto.

2. Vedação implícita à exigência da totalidade do objeto

A interpretação sistemática da Lei nº 14.133/2021 conduz à *vedação da exigência de atestado correspondente a 100% do objeto licitado*, pelos seguintes fundamentos legais:

a) Princípio da competitividade (art. 5º)

Art. 5º. Na aplicação desta Lei, serão observados, entre outros, os princípios da *isonomia, da **competitividade, da **proporcionalidade* e da *razoabilidade*.

Exigir atestado que comprove a execução *integral do objeto, nas mesmas quantidades, **restringe indevidamente o universo de licitantes*, violando tais princípios.

b) Limitação material das exigências técnicas

A lei *não autoriza*:

* exigência de execução *idêntica* ao objeto;

* exigência de execução *integral* ou *total* da quantidade licitada;

* exigência de experiência prévia *exclusiva* ou *singular*.

O texto legal é claro ao utilizar a expressão:

“*compatível em características, quantidades e prazos**”

Compatibilidade pressupõe *proporção, razoabilidade e equivalência técnica*, e não reprodução exata.

3. Reforço normativo: vedação a exigências excessivas

Embora o dispositivo mais direto seja o art. 67, a lógica da lei é reforçada por outros comandos:

Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal (aplicável por remissão)

A licitação deve assegurar:

“*igualdade de condições a todos os concorrentes**”

Exigências técnicas *desproporcionais ou absolutas* afrontam diretamente esse comando constitucional, que é incorporado ao regime da Lei nº 14.133/2021.

4. Entendimento consolidado aplicado à Lei nº 14.133/2021

Ainda que a Lei nº 14.133/2021 não traga um percentual numérico expresso (como fazia a prática administrativa sob a Lei nº 8.666/93), o *entendimento técnico-jurídico consolidado* é o seguinte:

É *lícita* a exigência de atestado que comprove experiência *parcial*, desde que:

* guarde *relação técnica* com o objeto;

* demonstre *capacidade operacional*;

* seja *suficiente para evidenciar aptidão*.

É *ilícita* a exigência de atestado que:

* corresponda à *totalidade do objeto licitado*;

* imponha execução prévia em *100% das quantidades*;

* restrinja a competição sem justificativa técnica robusta.

5. Síntese conclusiva (objetiva)

À luz da *Lei nº 14.133/2021*:

Não é permitida a exigência de atestado de capacidade técnica correspondente à *quantidade total do objeto licitado*.

* A Administração deve limitar-se à exigência de *aptidão compatível, observando
**proporcionalidade, razoabilidade e competitividade*.

* Exigências superiores ao necessário configuram *restrição indevida ao caráter competitivo do certame*.

ELETROSOL

ELETRICA

LTDA:49155189

000180

Assinado de forma
digital por ELETROSOL
ELETRICA

LTDA:49155189000180

Dados: 2025.12.15

16:31:42 -03'00'

Assinatura do proponente